EMENDA SUPRESSIVA Nº. 01, AO PROJETO DE LEI Nº. 029, DE 29 DE AGOSTO DE 2023 (Institui o Programa Municipal de Assistência Habitacional e dá outras providências) - do Município de Arapuá/MG.

Suprime a parte final do inciso I, do Art. 2°, do PROJETO DE LEI N°. 029, DE 29 DE AGOSTO DE 2023 (Institui o Programa Municipal de Assistência Habitacional e dá outras providências), que passa a vigorar nos seguintes termos:

"Art. 20 (...)

I – Reside no território do Município de Arapuá há pelo menos 8 (oito) anos, por meio de contrato de aluguel, com firma reconhecida ou; extrato de conta de energia com indicação do endereço e titularidade há pelo menos 8 (oito) anos ou; extrato de conta de água com indicação do endereço e titularidade há pelo menos 8 (oito) anos ou; histórico escolar do(s) filho(s) com indicação do endereço no Município há pelo menos 8 (oito) anos ou; contrato de trabalho com indicação do endereço e titularidade há pelo menos 8 (oito) anos;

Câmara Municipal de Arapuá/MG, 24 de outubro de 2023.

Autoria:

GILSON DA CUNHA MATOS - MDB Vereador - Câmara Municipal de

Arapuá/MG

PAULO ROBERTO DE MELO - PDSB Vereador - Câmara Municipal de

Arapuá/MG

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUA - MG

APROVADO

REJEITADO

Discussão e Votação

Arapua

JOÃO LÁZARO NUNES BOAVENTURA - PSDB Vereador - Câmara Municipal de Arapuá/MG

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente emendar parlamentar, uma vez que a parte final do inciso I, do Art. 2º do Projeto de Lei em referência admite como suficiente pra comprovar o tempo de residência no Município "qualquer outro documento público idôneo que possa comprovar o tempo de residência".

Entendemos que, certamente a pessoa que queira comprovar o tempo de residência conseguirá comprová-lo por meio dos demais meios listados no mesmo inciso.

Além disso, a redação "qualquer outro" é muito vaga. Pois, nesse caso, dependeríamos de declarações lavradas em cartório e, sabemos que, muitas pessoas

realmente se preocupam em atestar a verdade, até mesmo pelas advertências que são feitas em cartório. Porém, sabemos que nem todas as pessoas agem de boa-fé e, de antemão, devemos considerar o risco de que, mesmo dentre as declarações lavradas em cartório, algumas poderão ser questionáveis e comprometer a lisura do procedimento do Programa Habitacional que é tão importante no Município.

